



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
GABINETE DO REITOR
SECRETARIA DOS CONSELHOS

ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE DIRIGENTES

01 02 03 04 05 06 07 08 09 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43	<p>Ao trigésimo dia do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, às 09h25 no auditório da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, situado na Rua Jorge Dumar, 1703, Bairro Jardim América, reuniu-se o Colégio de Dirigentes, em reunião convocada e presidida pelo Presidente Virgílio Augusto Sales Araripe.</p> <p><u>Fizeram-se presentes os Diretores (as):</u> Virgílio Augusto Sales Araripe – Presidente; Tássio Francisco Lofti – Pró-reitor de Administração e Planejamento; Zandra Maria Ribeiro Dumaresq – Pró-reitora de Extensão; Ivam Holanda de Souza – Pró-reitor de Gestão de Pessoas; José Wally Mendonça Menezes – Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação; Cristiane Borges Braga – Polo de Inovação; Elenilce Gomes de Oliveira – DAE; Miriam Brasil – Assessora Pedagógica; Agamenon Carneiro Silva – Ubajara; Anderson Ibsen Lopes – Umirim; Antônio Moises Filho de Oliveira Mota – Horizonte; Eliano Vieira Pessoa – Sobral; Fernando Eugênio Lopes de Melo – Cedro; Francisca Ione Chaves – Guaramiranga; Francisca Raquel de Vasconcelos Silveira – Aracati; Francisco Antônio Barbosa Vidal – Canindé; Francisco Evandro Melo – Jaguaruana; Francisco Helder Caldas Albuquerque – Quixadá; Francisco Régis Abreu Gomes – Itapipoca; Francisco Sildemberny Sousa dos Santos – Tabuleiro do Norte; Guilherme Brito de Lacerda – Juazeiro do Norte; Gilson Soares Cordeiro – Camocim; Jackson Nunes e Vasconcelos – Tianguá; Jânia Maria Augusta da Silva – Limoeiro do Norte; Joaquim Rufino Neto – Crato; José Eduardo Souza Bastos – Fortaleza; João Paulo Arcelino do Rego – Boa Viagem; Marcel Ribeiro Mendonça – Pecém; Paula Cristina Beserra Soares – Crateús; Raimundo Eudes de Souza Bandeira – Baturité; Rodrigo Freitas Guimarães – Caucaia; Toivi Masih Neto – Paracuru; Germana Maria Marinho Silva – Representante de Maracanaú; Joaquim Branco de Oliveira – Representante de Iguatu; Germário Marcos – Representante da Pró-reitoria de Ensino.</p> <p><u>Demais presentes:</u> Lilian Freitas Coelho; Antonia Lucivânia Monte; Jarbiane Sucupira; Diana Guimarães Azin; Milena Mendes; Flávio Luiz Lara; José Cláudio Karam de Oliveira. Havendo <i>quorum</i> regulamentar o presidente cumprimentou a todos e iniciou os trabalhos. 1 - Expediente: 1.1 - Retirada dos pontos de pauta: Em virtude de motivos de pessoais inesperados com familiar da professora Lucivânia, as pautas relativas à PROEN foram retiradas e deverão ser incluídas na próxima reunião do Coldir. Também serão incluídas na próxima reunião do conselho, as pautas apresentadas pela PRPI, que foram retiradas em virtude de outros compromissos intempestivos do professor Wally.</p> <p>1.2 – Inclusão de pontos de pauta: O presidente pediu permissão ao Colegiado para incluir, por solicitação da PROJUR, a pauta que trata da virtualização de processos, e também a pauta que trata sobre o andamento da comissão que estuda a implantação do ensino médio integrado em período integral. As pautas foram incluídas. 2. Aprovação da Ata da Reunião Anterior: A ata da 59ª reunião ordinária foi encaminhada aos endereços eletrônicos dos Diretores para apreciação prévia no dia 26/06/17. Em plenária a Ata foi lida, posta em deliberação e aprovada por unanimidade sem alterações. 3. Informes do Presidente: O presidente iniciou a reunião apresentado a todos os conselheiros o novo diretor-geral do campus de Camocim, professor Gilson Cordeiro, que assumiu o cargo no dia 27 de maio de 2017, substituindo o professor Amilton Vasconcelos, que se aposentou. O presidente ressaltou que o professor Gilson foi muito</p>
--	---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
GABINETE DO REITOR
SECRETARIA DOS CONSELHOS

ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE DIRIGENTES

44 bem aceito pela comunidade acadêmica, que entendeu o fato de não ser realizada uma
45 consulta pública, em virtude do tempo e da proximidade da realização da eleição
46 definitiva para escolha do diretor do campus. Ele convidou o professor Gilson à frente e
47 lhe passou a palavra. O mesmo agradeceu a confiança, disse que estava aprendendo e
48 gostaria de contar com o apoio de todos para realizar um bom trabalho no campus. O
49 presidente também deu uma notícia ao colegiado sobre uma reunião entre o Conif e o
50 Ministério do Planejamento que resultou na promessa de revogação da Portaria nº 28,
51 que limitava vários gastos dos institutos federais e estava gerando uma sensação de
52 ainda mais dificuldade entre os gestores. Afirmou que o assunto seria explicado mais a
53 frente, pelo pró-reitor de Administração e Planejamento, em pauta específica. Outra
54 notícia informada pelo presidente foi de que os números do IFCE no Sistec estavam
55 sendo bem acompanhados e que tinha crescido o número de matrículas em diversos
56 campi, o que era uma excelente notícia. Ressaltou que a Reitoria iria tomar todo o
57 cuidado necessário para que isso fosse observado na matriz orçamentária do Conif.
58 Lembrou e reforçou o convite a todos os diretores para participarem da posse dos novos
59 docentes no dia 10 de julho, na Reitoria, e da abertura da etapa Nordeste, dos jogos dos
60 institutos federais, que acontecerá no dia 18 de julho, no Centro de Formação Olímpica.

61 **4. ORDEM DO DIA: 4.1 – Guia para Orçamento Participativo. Relatora: Elenilce**
62 **Gomes.** A relatora iniciou sua fala lembrando que este era um dos itens colocado como
63 plano de gestão da administração do professor Virgílio e, por isto, esta temática havia
64 sido pensada no âmbito da Diretoria Sistêmica de Assuntos Estudantis. Explicou que
65 houve um encontro com representantes de todos os campi e, após o evento, foram
66 trabalhadas as diretrizes para melhor implantar o orçamento participativo. Assim, a
67 DAE decidiu fazer em forma de guia, baseado nas referências legais, como a
68 Constituição Federal e a LDB, buscando o atendimento as demandas da comunidade
69 acadêmica do IFCE. Ressaltou também que existem experiências de OP em vários
70 órgãos e reforçou o conceito de orçamento participativo como sendo gestão
71 compartilhada que permite o repasse da decisão sobre o investimento público.
72 Apresentou também os princípios do orçamento participativo e sua importância,
73 mostrando a proposta de existir um ciclo orçamentário, dividido nas etapas de
74 apresentação, planejamento, execução e avaliação. A relatora explicou que na proposta
75 do guia do IFCE é necessário haver um momento de formação e a criação de uma
76 comissão. Lembrou que alguns campi até já praticam algo como o proposto, mas o
77 interessante é que possamos ampliar essa participação, de forma padronizada. Posto em
78 discussão: Professor Alves Neto perguntou como seria a composição da comissão. Ele
79 também questionou se ela seria periódica ou acompanharia o período de gestão e
80 sugeriu que houvesse uma comissão no âmbito da Reitoria. Lilian Coelho explicou que
81 a ideia inicial proposta é que a comissão fosse formada por dois membros da CAE dos
82 campi, dois discentes, um docente, um membro da Diretoria/Departamento de
83 Administração e um membro da Diretoria/Departamento de Ensino, com periodicidade
84 de um ano, que seria o ciclo orçamentário. Professor Guilherme Lacerda sugeriu que
85 fosse incluído um membro da Pesquisa e Extensão. Professor Joaquim Branco sugeriu
86 que manter a paridade na comissão, sugerindo que fossem colocados dois docentes, de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
GABINETE DO REITOR
SECRETARIA DOS CONSELHOS

ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE DIRIGENTES

87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129	<p>preferência um do ensino superior e outro do ensino técnico, visto que o Diretor de Ensino, nem sempre é docente e quando é, está ocupando um cargo administrativo. Professor Virgílio ressaltou que o Orçamento Participativo não pode se distanciar do sentido maior, que é manter a permanência e êxito do aluno e, em épocas nas quais os recursos não são abundantes, as prioridades precisam ser eleitas. Destacou que a decisão tem que ser tomada no Coldir e seguida por todos, para ter isonomia nas ações, pois não ficava bem um campus ter um valor maior de assistência estudantil que outro. Depois de definir o que é essencial e todos os campi tiverem essa situação atendida, aí sim o que sobrar de recursos deve ser aplicado em outras solicitações. <u>Posto em votação:</u> As sugestões para composição da comissão foram acatadas e as alterações serão feitas no guia. 4.2 - Apresentação do Guia de Acessibilidade Visual. Relatora: Lilian Coelho. A relatora destacou que o guia faz parte das atribuições da DAE e foi realizado num trabalho de articulação com os NAPNES, visto que a necessidade de preparar melhor os professores para lidar com os alunos com deficiência visual foi levantada em reunião ocorrida em Guarimiranga. Ela explicou que a realização do guia de acessibilidade visual contou com a participação de uma aluna do campus fortaleza que é deficiente visual e mais duas pessoas com esta necessidade que não são do IFCE. O objetivo, segundo ela, foi ter um material mais real, com experiência de pessoas que vivenciam essa condição. A relatora explicou, ainda, que o guia é dividido em quatro partes e é pautado no paradigma da inclusão e está disponível na versão eletrônica. Ela disse que será disponibilizado uma versão impressa, inclusive na versão adaptada, por campus. <u>Posto em discussão:</u> Professor Guilherme Lacerda parabenizou a produção do material e sentiu falta de informações e guia sobre como atuar em outros espaços da instituição, como cantinas e laboratórios, por exemplo, visto que o material ficou muito focado na sala de aula. Ele também informou que Juazeiro irá sediar, em agosto, o encontro dos NAPNES e pediu que cada campus pudesse enviar representantes para participar. Lilian falou que este é o primeiro trabalho e que o mesmo poderá ser revisto ou ampliado em um novo volume, trazendo o guia para outros espaços. Professor Fernando Melo ressaltou o momento financeiro complicado e reforçou a importância de criar, nos campi, a cultura do repasse. Que cada membro que vá a esses encontros possa, na volta, repassar as informações para os demais servidores, já que o orçamento não permite o envio de várias pessoas para os eventos. Professor Alves Neto lembrou que a instituição, além dos alunos, tem recebido muitos servidores portadores de necessidades especiais e é preciso um trabalho também neste sentido. Lilian explicou que existe uma comissão trabalhando com o levantamento dos estudantes PNEs, mas que um segundo passo é fazer esse levantamento com os servidores. Professor Virgílio elogiou o documento e pediu aos campi para ajudarem a reforçar a divulgação desse documento para que toda comunidade conheça e possa atuar com foco na inclusão. 4.3 – Apresentação sobre virtualização dos processos administrativos enviados à Procuradoria Federal. Relatora: Diana Azim. A relatora destacou a necessidade urgente de virtualizar os processos no IFCE e comentou que a AGU já dispõe de um sistema, o SAPIENS, que já está, inclusive, sendo usado de maneira satisfatória com os campi de Cedro, Juazeiro do Norte e Crato. Ela explicou as vantagens do uso dos processos eletrônicos e solicitou a</p>
--	--



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
GABINETE DO REITOR
SECRETARIA DOS CONSELHOS

ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE DIRIGENTES

130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172	<p>ampliação dessa virtualização para todos os campi. Falou que cada campus deveria enviar dois representantes para um treinamento e que já tinha a data de 10 e 11 de agosto para realização do mesmo. <u>Posto em discussão:</u> Professor Jackson Nunes perguntou se era realmente obrigatório o envio dos dois participantes ou se poderia enviar apenas um nome e depois repassar para outra pessoa. Perguntou também se a pessoa responsável por estes processos deveria ter alguma qualificação diferencial. Dra. Diana explicou que o sistema era relativamente simples e que a pessoa precisaria apenas ter conhecimento de informática. Ela afirmou também que poderia ser enviado apenas um representante de cada campus, mas que cada campus enviasse o seu representante. Ficou acertado que a Procuradoria Federal enviaria a convocação para o gabinete e o mesmo repassaria às direções-gerais</p> <p>4.4 – Apresentação sobre andamento dos trabalhos da comissão sobre a implantação do ensino técnico integrado integral.</p> <p>Relator: José Alves Neto. O relator iniciou sua apresentação lembrando que o trabalho da referida comissão ainda está em andamento. Apresentou a legislação e os tipos de oferta de educação integral e a defesa dessa modalidade na possibilidade da redução da vulnerabilidade social dos estudantes. Afirmou que hoje temos 5% das matrículas na modalidade de tempo integral, mas que, segundo o Plano Nacional da Educação, temos que chegar a 25%. Ele explicou que é preciso um estudo mais aprofundado em relação ao número de salas, refeitórios, questões orçamentárias e ter dados para tomar a decisão com convicção. <u>Posto em discussão:</u> Professor Eliano Vieira perguntou sobre o período de oferta de cursos e turnos. Afirmou ser interessante ter os dados da realidade de cada município e repensar, não só a modalidade, mas a criação e extinção de cursos. O relator concordou e afirmou que é preciso acabar com a questão do achismo e trabalhar com dados concretos para a tomada da decisão. Disse, ainda, que seria interessante haver uma discussão no CONIF sobre o nosso papel e como vamos atuar diante da lei que institui a reforma do ensino médio. Mostrou exemplos da baixa evasão onde os cursos técnicos em tempo integral são ofertados e apresentou vantagens e desvantagens da modalidade. Professor Virgílio afirmou que o assunto precisa ser melhor debatido e que o Colégio de Dirigentes, após o fim dos trabalhos da comissão, terá que decidir se vai implantar ou não, ressaltando que tudo tem que ser tratado para garantir o melhor para a instituição e para sociedade.</p> <p>4.5 – Providências relacionadas à faltas docentes.</p> <p>Relator: Ivam Holanda. O relator explicou que diretores estavam procurando a PROEN para saber como proceder nestes casos e informou que a orientação é que o primeiro passo é informar, explicar e dar publicidade ao PIT (Plano Individual de Trabalho), já implementado desde novembro do ano passado por meio da resolução da carga horária docente. Além disso, lembrou que todos os servidores estão enquadrados na Lei 8.112, então faltar ao trabalho é descumprimento legal que precisa ser apurado. Disse ainda que o procedimento é iniciado com a Direção de Ensino do campus, que deve dar um prazo para reposição, além do cobrar o preenchimento do PIT. Esclareceu que a questão de descontos tem que ser realizada com muito cuidado, porque existe o contraditório e a ampla defesa. Para iniciar o processo chama a pessoa e lavra uma ata, pois o procedimento não é simplesmente cortar o ponto, é preciso fazer um registro, sempre com outras pessoas, testemunhas para resguardar os envolvidos, e é interessante</p>
---	--



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
GABINETE DO REITOR
SECRETARIA DOS CONSELHOS

ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE DIRIGENTES

173 que isso seja feito no início, enquanto o PIT está sendo implantado. Ressaltou ainda que
174 esta resolução foi fruto de cobranças do TCU em todo país. Posto em discussão:
175 Professor Moisés Mota sugeriu a instalação do relógio de ponto em todos os campi,
176 ressaltando que tornaria o controle e o acompanhamento mais impessoal. Ivam disse que
177 existe uma proposta de minuta de regulamentação de ponto eletrônico sendo discutida
178 no IFCE, pois existem outros institutos que já estão sendo cobrados dos órgãos de
179 controle, mas lembrou que também existem discussões para que essa exigência não seja
180 mais cobrada dos docentes, como é na universidade. **4.6 – Regulamentação dos**
181 **Núcleos de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas no IFCE. Relator: Agebson**
182 **Façanha.** O relator apresentou os NEABIs, que são núcleos que cuidam das questões
183 de etnias dentro dos institutos federais. Apresentou a localização das comunidades
184 quilombolas e indígenas do ceará e os números de alunos autodeclarados índios, pretos e
185 pardos no IFCE. Mostrou que é uma realidade e que, até por força de legislação, temos
186 que estar trabalhando estas temáticas na instituição. Informou que já existem cinco
187 NEABIs implantados no IFCE e outros em implantação, por isso a necessidade de
188 regulamentar a atuação dos núcleos e apresentou a minuta do regulamento. Posto em
189 discussão: Professor Eliano Vieira ressaltou que a estruturação do NEABI é um
190 requisito legal também nos processos de avaliação de cursos e reconhecimento, mas
191 relatou que a questão de espaços nos campi é complicada e que é preciso sensibilizar os
192 diversos núcleos e comissões de que eles podem convergir e compartilhar espaços
193 dentro do campus e que isso não invalida o reconhecimento e a importância do trabalho.
194 Posto em votação: A minuta do regulamento foi aprovado para ir ao CONSUP. **4.7 –**
195 **Esclarecimentos sobre fluxo de denúncia. Relatora: Mariângela Saboya.** A relatora
196 apresentou a legislação 13.460/2017, que estabelece fluxos de manifestações das
197 instituições públicas informou que o documento trazia muita novidade no âmbito das
198 ouvidorias e avaliação institucional. Explicou também o fluxo da Lei de Acesso à
199 Informação, e reforçou que CGU está cobrando cada vez mais, sobretudo os prazos.
200 Esclareceu as mudanças implementadas e a cobrança da CGU, uma vez que agora é
201 preciso ficar bem claro como o gestor agiu. Mostrou como deve ser feito o processo e os
202 fluxos, esclarecendo em que o gestor participa. Também explicou o fluxo de
203 reclamação, solicitação e sugestão e mostrou os números dos relatórios da ouvidoria do
204 IFCE, citando exemplos e ressaltando que esses assuntos precisam sempre ser colocados
205 nas reuniões com servidores. **4.8 – Apresentação do Relatório Gerencial da AUDIN.**
206 **Relatora: Milena Mendes.** A relatora explicou que a apresentação do relatório
207 gerencial atende a instrução normativa 024/2015 da CGU e traz, para alta administração,
208 todo passivo de recomendação dos órgãos de controle, interno e externo, são eles: CGU,
209 TCU e AUDIN. Ela apresentou os dados, com as recomendações de cada órgão, e a
210 situação em relação ao atendimento, nos status de atendidas, não atendidas e em
211 atendimento. Destacou ainda a importância desse acompanhamento e, principalmente,
212 do cumprimento das solicitações e dos prazos, visto que os órgãos de controle utilizam
213 os relatórios da auditoria interna nos processos de análises e julgamento de contas.
214 Finalizou informando que os relatórios serão apresentados de forma constante nas
215 reuniões do Colder e do Consup. **4.9 – Informes sobre o orçamento: Relator: Tássio**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
GABINETE DO REITOR
SECRETARIA DOS CONSELHOS

ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE DIRIGENTES

216 **Lofti.** O relator contextualizou o desequilíbrio da LOA 2016, causado pelos cortes do
217 MEC, ainda na matriz CONIF e agravado pelo estabelecido na portaria 028/2017. No
218 entanto, ele explicou que o ministro se comprometeu em revogar, mas ainda estamos
219 aguardando. O relator fez uma análise do orçamento do IFCE, mostrando como a
220 instituição conseguiu fazer economia e racionalização orçamentária. Explicou que
221 alguns campi tem crédito para fazer permuta entre fontes de custeio e capital. A
222 professora Paula Beserra perguntou o porquê de alguns campi tinham crédito para
223 capital e outros não. O relator explicou que em julho do ano passado cada campus fez
224 seu planejamento dentro do orçamento previsto, no entanto, quando a matriz
225 orçamentária veio com cortes, os limites foram menores que os informados e a PROAP
226 decidiu preservar o custeio, colocando em capital apenas o que excedesse, por isso
227 alguns campi não tiveram recurso de capital, por não ter orçamento excedente após o
228 corte. Apresentou, ainda a proposta para captação/elaboração da PLOA 2018 e afirmou
229 que os indicadores do IFCE serão melhores, uma vez que o sistema apresentou um
230 crescimento de 10 mil matrículas. Desta forma, afirmou que espera que o IFCE tenha
231 uma boa participação no rateio da matriz CONIF. Posto em discussão: O relator
232 apresentou a forma como é feita a distribuição da matriz Conif e propôs a criação de
233 uma comissão para estudar uma proposta de um novo modelo para a matriz do IFCE,
234 contextualizando que o atual modelo tem gerado desequilíbrio, tendo em vista as
235 especificidades e demandas de cada campus. Disse ainda que, dependendo dos trabalhos
236 da comissão, este novo modelo já pode entrar na perspectiva da construção dos limites
237 para 2018. O professor Virgílio Araripe sugeriu que participasses da comissão,
238 dirigentes de cada região. Beatriz Garcia, no entanto, sugeriu que a composição da
239 comissão deveria ser feita por situação do campus, como pré-expansão, expansão e em
240 implantação. Professor Virgílio falou ser interessante incluir representantes das escolas
241 agrotécnicas pela característica diferenciada de internato e fazenda. Desta forma, a
242 comissão ficou constituída pelos diretores do campus de Fortaleza, Crato, Tianguá e
243 Horizonte, além dos representantes da PROAP. A professora Paula Beserra pediu que
244 ficasse registrado que a comissão não contempla os campi da primeira fase da expansão,
245 como Crateús, Quixadá e Sobral, que também tem características específicas e precisam
246 ser considerados, pois ainda não estão com tudo funcionando plenamente. Professor
247 Virgílio disse que estabelecer uma condição de funcionamento tranquilo, nas condições
248 atuais, é quase um sonho, mas tem campi que estão exigindo mais que outros e, com
249 esse estudo, o IFCE deverá encontrar caminhos para minimizar essas diferenças
250 internas. E, nada mais havendo a tratar, o presidente do COLDIR, professor Virgílio
251 Augusto Sales Araripe, agradeceu a presença de todos, reforçou o convite para
252 participação da inauguração do Memorial do IFCE – Raimundo César Gadelha de
253 Alencar Araripe, e deu por encerrada a reunião às 15h50. Para constar, Eu, Rebeca
254 Casemiro de Oliveira Loiola, secretariando os trabalhos, lavrei a presente Ata que
255 depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelo presidente.

Virgílio Augusto Sales Araripe
Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
GABINETE DO REITOR
SECRETARIA DOS CONSELHOS
ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE DIRIGENTES

Rebeca Casemiro de Oliveira Loiola
Secretária – em exercício



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
GABINETE DO REITOR
SECRETARIA DOS CONSELHOS
ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE DIRIGENTES